

A. I. Nº - 207090.0001/10-2  
AUTUADO - BOMIX INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA.  
AUTUANTE - MARIA CONSUELO PIRES BARROS  
ORIGEM - INFAZ/INDÚSTRIA  
INTERNET - 05.11.2010

## 2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JF Nº 0293-02/10

**EMENTA.** ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO TOTAL DO DÉBITO. Nos termos do Art. 156, inciso I do CTN extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, conseqüentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV, do artigo 122, do RPAF/99. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 31/03/2010, exige ICMS no valor de R\$138.277,09, em decorrência de:

- 1- Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, no valor de R\$ 1.550,66, referente à aquisição de serviço de transporte junto à microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 2- Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, no valor de R\$ 136.726,43, referente à aquisição de serviço de transporte junto à microempresa ou empresa de pequeno porte.

O autuado ingressou tempestivamente com impugnação ao lançamento do crédito tributário conforme, fls.1.002/1.004, vindo posteriormente a se manifestar pelo reconhecimento integral do débito e conseqüente desistência da defesa apresentada, conforme relatório do SIGAT- Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária – Parcelamento acostado às folhas 1.022 a 1.024 dos autos pela Coordenação Administrativa do CONSEF.

### VOTO

O autuado ao reconhecer o débito indicado no presente Auto de Infração e efetuar o respectivo pagamento, desistiu da defesa apresentada, tornando-a ineficaz, conforme previsto pelo Art. 122, inciso IV do RPAF/BA. Em conseqüência, fica extinto o processo administrativo fiscal, nos termos do Art. 156, inciso I do CTN e **prejudicada** a defesa apresentada, devendo os autos ser remetido à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e arquivamento do processo.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº 207090.0001/10-2, lavrado contra **BOMIX INDÚSTRIA DE EMBALAGENS LTDA.**, devendo o autuado ser cientificado desta decisão e os autos encaminhados à INFAZ de origem para fim de homologação do pagamento e arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de outubro de 2010.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE /